



Duas mentiras e uma verdade

Aderrapagem da execução orçamental, nos primeiros dois meses de 2012, lança uma nuvem negra sobre o futuro do País.

Rompe a cortina de piedosas ilusões cantada em coro tanto pelos representantes da *troika* como pelo Governo. Com o País e a Europa a seguirem a mesma cartilha de uma política em que o desinvestimento privado é replicado pelo recuo do investimento público, só a estranha fé que anima os partidários da austeridade a todo o custo poderia esperar outro resultado que não o que está a acontecer realmente: crescimento acentuado do desemprego, quebra das receitas fiscais, aumento do sofrimento social. Uma recessão para lavar e durar, que transforma o regresso aos mercados em 2013 numa miragem alucinada.

Jamais poderemos, sequer, ensaiar uma saída desta situação sem, primeiro, vencermos as duas mentiras que têm presidido à leitura das origens da crise.

A primeira mentira sustenta que a etiologia da crise é totalmente externa. Portugal teria sido vítima das consequências da deriva financeira internacional originada nos EUA, em 2007 e 2008. Uma análise da política dos governos nacionais após 1997, data da entrada em vigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), mostra que tal interpretação é falsa. Com efeito, o PEC pretendia disciplinar as finanças públicas dos países da Zona Euro, através de um sistema baseado, essencialmente, na autocontenção por parte dos Estados, em relação a três indicadores macro-económicos, a saber, uma dívida pública que não deveria exceder 60% do PIB, um défice orçamental que não deveria ir além de 3% do PIB, uma inflação que não poderia ser superior a 3 por cento. Ora, o

Lisboa deve ter uma visão europeia para o futuro de Portugal, que tem de ultrapassar a doutrina medíocre prevalecente em Berlim e Bruxelas



que sucedeu foi que os governos nacionais, em particular os dois últimos, tudo fizeram para contornar, ludibriar e tornar nulo e opaco o alcance do PEC, bem como os meios de uma monitorização efetiva do seu cumprimento, quer pelas autoridades nacionais, como o Tribunal de Contas, quer pelas autoridades comunitárias.

COM EFEITO, para fugir ao PEC, reforçou-se um «Estado paralelo», na expressão certa de António Barreto, que permitia um efeito de ilusão. Para alimentar clientelas e suportar o aventureirismo eleitoral, multiplicaram-se as nefandas parcerias público-privadas para grandes infraestruturas, os hospitais-empresa, as empresas municipais, o recurso a medidas extraordinárias como a alienação de património ou a incorporação de Fundos de Pensões, aumentando as obrigações futuras do Estado. As consequências letais desta política irresponsável far-se-ão sentir nas próximas décadas. Não há mãos limpas em Portugal.

A segunda mentira vai na direção inversa, e insiste na afirmação de que as responsabilidades da crise são exclusivamente nacionais. Uma análise cuidadosa revela, contudo, que, tal como Martin Feldstein bem preveniu em 1997, a União Económica e Monetária (UEM), não sen-

do perfeita, trazia no seu bojo um futuro conflito entre países credores e países devedores. A UEM colocou o carro à frente dos bois, ao avançar para uma moeda comum sem garantir uma efetiva união política e uma verdadeira união fiscal. Só um sistema de governação europeia de recorte federal, garantindo a solidariedade e a coesão económica e social entre regiões europeias, poderia garantir a cooperação entre os Estados-membros e a confiança dos mercados financeiros.

A VERDADE DA PRESENTE CRISE exige ultrapassar as duas mentiras. Portugal precisa de uma nova cultura política, tanto de Governo como de oposição, baseada na responsabilidade e na transparência. Importa respeitar os nossos limites e não onerar as gerações futuras. Mas, ao mesmo tempo, Lisboa deve ter uma visão europeia para o futuro de Portugal que tem de ultrapassar a doutrina medíocre prevalecente em Berlim e Bruxelas. O aumento exponencial da austeridade, implicado no novo tratado de disciplina orçamental, imposto por Berlim aos seus parceiros, só promete mais turbulência e sofrimento. Por detrás de uma grande tragédia há sempre uma grande mentira. No caso da crise europeia, há duas. ▣